Tendências do Mercado de Trabalho na América Latina e Caribe: empregabilidade e informalidade em um mundo do trabalho em franca transformação

Tendencias del Mercado Laboral en América Latina y el Caribe: empleabilidad e informalidad en un mundo del trabajo en rápida transformación

Labor Market Trends in Latin America and the Caribbean: employability and informality in a rapidly transforming world of work

Frederico Peres

Resumo: A Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou, em julho último, o Relatório Tendências do Mercado de Trabalho na América Latina e no Caribe, que analisa as transformações estruturais recentes observadas na América Latina e do Caribe e seus impactos sobre as taxas regionais de ocupação e desocupação, bem como sobre e empregabilidade em geral. A partir da compilação e análise de dados macroeconômicos e do mercado de trabalho de países da região, o documento identifica que as economias latino-americanas e caribenhas, de uma forma geral, ultrapassaram a fase de recuperação pós-pandemia e entraram em um novo período, caracterizado pela crescente influência de fatores estruturais como a transição demográfica, as transformações tecnológicas e a persistência da informalidade. A resiliência observada no mundo do trabalho na América Latina e no Caribe em 2025-2026, expressa por taxas mínimas históricas de desemprego, é real, mas frágil, sustentada por um crescimento moderado que ainda não resolveu os hiatos de produtividade nem a superação das históricas desigualdades que marcam o desenvolvimento regional. O enfrentamento de tais desafios passa, entre outras ações sistêmicas, pela capacidade de integrar mulheres e jovens em postos de alta produtividade, assim como pela transformação da informalidade persistente em trabalho decente. Somente através de uma transformação estrutural coordenada, que priorize a competência integral e a estabilidade macroeconômica, a região da América Latina e do Caribe poderá converter a resiliência atual em prosperidade sustentável de longo prazo.

Palavras-chave: Desemprego; Informalidade; Precarização do trabalho; Trabalho decente; Iniquidades de gênero.

Resumen: *En julio último, la Organización Internacional del Trabajo (OIT) publicó el informe "Tendencias del Mercado Laboral en América Latina y el Caribe", que analiza las recientes transformaciones estructurales observadas en América Latina y el Caribe y sus impactos en las tasas regionales de empleo y desempleo, así como en la empleabilidad en general. Con base en la recopilación y el análisis de datos macroeconómicos y del mercado laboral de los países de la región, el documento identifica que las economías de América Latina y el Caribe, en general, han superado la fase de recuperación post pandémica y han entrado en un nuevo período caracterizado por la creciente influencia de factores estructurales como la transición demográfica, las transformaciones tecnológicas y la persistencia de la informalidad. La resiliencia observada en el mundo del trabajo en América Latina y el Caribe en 2025-2026,*

expresada por tasas de desempleo históricamente bajas, es real pero frágil, sostenida por un crecimiento moderado que aún no ha resuelto las brechas de productividad ni superado las desigualdades históricas que marcan el desarrollo regional. Abordar estos desafíos implica, entre otras acciones sistémicas, la capacidad de integrar a mujeres y jóvenes en puestos de alta productividad, así como transformar la informalidad persistente en trabajo decente. Solo mediante una transformación estructural coordinada que priorice la competencia integral y la estabilidad macroeconómica, la región de América Latina y el Caribe podrá convertir la resiliencia actual en prosperidad sostenible a largo plazo.

Palabras clave: *Desempleo; Informalidad; Inseguridad laboral; Trabajo decente; Desigualdades de género.*

Abstract: *Last July, the International Labour Organization (ILO) published the report "Labour Market Trends in Latin America and the Caribbean", which examines recent structural changes in the region and their effects on employment and unemployment rates, along with overall employability. The document concludes that, following the aggregation and examination of macroeconomic and labor market statistics from regional nations, the economies of Latin America and the Caribbean have largely progressed past the post-pandemic recovery stage and have entered a new era marked by the increasing impact of structural elements like demographic shifts, technological advancements, and ongoing informality. The robustness evident in the region's labor market during 2025–2026, exemplified by unprecedentedly low unemployment figures, is genuine but fragile, supported by modest growth that has not yet bridged productivity disparities or addressed the longstanding imbalances characterizing regional advancement. Confronting these obstacles necessitates, among various structural measures, the capacity to incorporate women and youth into high-yield employment and to convert enduring informality into respectable work. The Latin American and Caribbean area can only convert its present resilience into enduring prosperity with a synchronized structural overhaul that emphasizes holistic skills enhancement and macroeconomic stability.*

Keywords: *Unemployment; Informal employment; Precarious labor; Decent work; Gender disparities.*

Introdução

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou, em julho último, o relatório Tendências do Mercado de Trabalho na América Latina e no Caribe. A partir de uma análise das transformações estruturais recentes observadas na América Latina e do Caribe, o documento identifica que os mercados de trabalho na região, de uma forma geral, ultrapassaram a fase de recuperação pós-pandemia e entraram em um novo período, caracterizado pela crescente influência de fatores estruturais como a transição demográfica, as transformações tecnológicas e a persistência da informalidade.

Em um momento em que a região transita entre os resultados de programas e políticas adotados para promover a recuperação econômica e a empregabilidade e as incertezas relacionadas à ascensão de governos conservadores, historicamente vinculados à flexibilização de normas e redes de proteção social do trabalho, este documento serve como um importante indicador de tendências no mundo do trabalho, no curto e médio prazos, apontando os desafios

que a região deve enfrentar na promoção do trabalho decente e garantia da produtividade sistêmica.

O documento destaca a resiliência dos mercados de trabalho na região, cujas tendências recentes desvelam um padrão distinto do dinamismo econômico tradicionalmente observado na região, sobretudo no que diz respeito à vinculação entre o crescimento do PIB e do emprego. Dados analisados no documento apontam que, embora o PIB regional tenha crescido apenas 2,4% em 2025, com projeções de desaceleração para a faixa de 2,2% a 2,3% em 2026, a região atingiu níveis de desocupação historicamente baixos.

Os terremotos que atingiram a Venezuela, em 24 de junho deste ano, causaram, além de sofrimento humano significativo e perda de vidas, danos materiais severos, afetando infraestrutura e meios de subsistência. Seu impacto sub-regional no crescimento econômico, no emprego e na renda, não avaliados no presente relatório, ainda deve ser considerado em projeções futuras. Nas outras sub-regiões, como na América Central, e mesmo em países caribenhos como a República Dominicana, a perspectiva é relativamente mais favorável, com exceção de Cuba e Haiti que, por motivos diversos, enfrentam graves crises humanitárias, já abordadas anteriormente nestes Cadernos.

Ainda segundo o relatório, Guatemala, Panamá, Honduras e República Dominicana devem permanecer entre as economias de crescimento mais rápido da região, com taxas de crescimento próximas ou superiores a 4%. Já o México apresenta um caso singular, onde embora as taxas de crescimento projetadas devem permanecer relativamente baixas, em comparação com a média regional, segundo estimativas da CEPAL, do FMI e do Banco Mundial, com previsão de crescimento entre 1,3% e 1,6%, permanecendo entre as de crescimento mais lento da região.

De modo geral, o cenário esperado para a América Latina em 2026 combina expansão econômica positiva com sinais de desaceleração em um número significativo de países. Isso cria um contexto no qual o progresso do mercado de trabalho dependerá não apenas do crescimento econômico, mas também da capacidade das economias de melhorar a produtividade, promover a formalização e expandir a participação da força de trabalho entre grupos com níveis mais baixos de integração ao mercado de trabalho.

Contudo, destaca o relatório, as incertezas no cenário geopolítico global, em particular os conflitos no Oriente Médio e entre a Rússia e a Ucrânia, reduzem o potencial de expansão econômica e limitam a capacidade de geração de empregos de maior qualidade. Adicionalmente, o cenário geopolítico Latino-americano e os novos projetos de governo liderados por forças conservadoras, na região, colocam novas camadas de incerteza ao cenário prospectivo, devendo ser analisadas e consideradas nas projeções futuras.

Contexto Macroeconômico: crescimento moderado em ambiente de elevada incerteza

O relatório destaca que a economia regional manteve crescimento positivo em 2025, alcançando expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 2,4%, resultado ligeiramente superior às previsões anteriores. Entretanto, essa trajetória ocorre em um ambiente internacional marcado por elevada instabilidade geopolítica, desaceleração do comércio internacional, volatilidade financeira e aumento dos preços da energia decorrentes dos conflitos no Oriente Médio e entre Rússia e Ucrânia.

A crise no Oriente Médio, por exemplo, expõe uma assimetria importante: enquanto países exportadores de combustíveis fósseis como Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, México e

Trinidad e Tobago possuem reservas para amortizar as pressões causadas pelo aumento e a volatilidade do preço do petróleo global, a vasta maioria dos países da região — importadores de tais combustíveis fósseis —, enfrenta pressões inflacionárias persistentes que ameaçam os custos de produção e a estabilidade dos salários reais.

Para 2026, as projeções compiladas no documento apontam para uma desaceleração moderada do crescimento, situando-o entre 2,2% e 2,3%, segundo dados da CEPAL, do FMI e do Banco Mundial citados. Apesar desse ritmo relativamente baixo, a região demonstra maior resiliência do mercado de trabalho quando comparada aos anos anteriores, indicando que fatores estruturais passaram a exercer influência crescente sobre a dinâmica do emprego.

Outro aspecto central, destacado pela OIT no documento, é a continuidade do processo de redução da inflação regional. Após os elevados níveis observados entre 2021 e 2024, a inflação apresentou desaceleração importante, favorecendo a recuperação do poder de compra dos salários e criando condições macroeconômicas mais favoráveis para a manutenção do emprego e para novos investimentos. Segundo dados e projeções apresentados no relatório, a inflação média regional caiu de 16,6% em 2024 para cerca de 7,6% em 2025, com expectativa de redução adicional para 6,7% em 2026 e 4,9% em 2027. O documento ressalta, entretanto, que esse movimento não ocorre de maneira homogênea. Persistem diferenças importantes entre países, determinadas pelas distintas políticas monetárias, pelos diferentes graus de dependência das importações de energia e pela intensidade com que os choques internacionais afetam as economias nacionais.

Assim, embora a inflação tenha deixado de ser o principal fator de desequilíbrio macroeconômico da região, sua trajetória continua sendo um elemento relevante para a evolução do mercado de trabalho. Os principais aspectos destacados pelo relatório sobre o cenário macroeconômico, atual e no futuro próximo, foram:

- Tendências do PIB: as projeções para 2026 convergem para um crescimento regional moderado entre 2,2% e 2,3%, situando-se abaixo da média global. A heterogeneidade é a tônica: a Guiana mantém um ritmo excepcional de 16,3%, impulsionada pela exploração e extração de suas reservas de petróleo, enquanto a Argentina vivencia uma desaceleração, ajustando-se de 4,4% em 2025 para uma faixa entre 3,3% e 3,6% em 2026;

- Dinâmica da Inflação: A trajetória de convergência inflacionária é um imperativo para a previsibilidade do mercado. A inflação média regional, que atingiu 16,6% em 2024 (fortemente impactada pela volatilidade argentina), projeta-se em 6,7% para 2026. A moderação de preços é o principal catalisador para a recuperação do poder de compra. Sem estabilidade monetária, os ganhos nominais de emprego são erodidos, impedindo a consolidação de um mercado de consumo interno robusto e elevando a incerteza para investimentos de longo prazo em capital humano.

Este cenário de estabilização macroeconômica, embora positivo, estabelece um teto para o dinamismo laboral, tornando a resiliência dos indicadores de emprego um fenômeno que exige análise profunda para além das superfícies estatísticas.

O Paradoxo do Desemprego em Taxas Mínimas Históricas

O relatório da OIT identifica que os mercados de trabalho latino-americanos mantiveram evolução positiva durante o ano de 2025. Entre os principais resultados observados

destacam-se a continuidade da expansão do emprego, com consequente redução da taxa regional de desemprego, uma melhora gradual de alguns indicadores de qualidade do emprego e a estabilização das taxas de participação da força de trabalho. Todavia, diferentemente do que se passou no período imediatamente posterior à pandemia (2023-2024), a melhora recente (2025-2026) não decorre apenas da criação acelerada de postos de trabalho ou de aumento significativo do PIB.

As taxas mínimas de desocupação, registradas na América Latina e no Caribe em 2025-2026, não são, necessariamente, frutos de uma situação econômica pujante e vigorosa, adverte o documento da OIT. Mas sim de um fenômeno que combina resultados de políticas e programas de recuperação pós-pandemia e menor oferta de mão de obra em diferentes setores — evidenciando um contexto de "armadilha de baixo crescimento e baixa desocupação".

Em 2025, a taxa regional de desocupação atingiu o mínimo histórico de 5,3%. No entanto, a decomposição sub-regional revela importantes disparidades (Quadro 1):

Quadro 1 – distribuição sub-regional das taxas de ocupação e desocupação na América Latina e no Caribe

Sub-região	Taxa de Participação (%)	Taxa de Ocupação (%)	Taxa de Desocupação (%)
México-CARD	60,4	58,4	3,2
Cone Sul	63,2	59,3	6,2
Países Andinos	67,7	63,6	6,1
Caribe	63,9	61,2	4,3
Total ALC	63,3	59,9	5,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OIT (2026)

A redução da desocupação é, em grande medida, atribuída ao menor crescimento da oferta de mão de obra, associado ao envelhecimento populacional, à transição demográfica e às mudanças na composição da população em idade ativa. Em outras palavras, a redução da taxa de desocupação passa a refletir mudanças demográficas e estruturais, além da própria dinâmica econômica.

A desaceleração no crescimento da força de trabalho, com uma menor quantidade de jovens entrando no mercado de trabalho, acaba por reduzir a pressão sobre a oferta. Assim, a baixa desocupação pode ser entendida, também, como um sintoma de contração demográfica, e não apenas como decorrência do aumento de postos de trabalho, o que impõe um limite estrutural ao crescimento do PIB potencial.

Outro aspecto importante destacado no documento, e que merece especial destaque para a interpretação dos indicadores de trabalho e emprego na região, é o fato de a menor taxa histórica de desemprego não poder ser interpretada como sinônimo de melhora significativa das condições de trabalho, ou da ampliação do trabalho decente nos países latino-americanos e caribenhos. Isto porque embora a taxa regional de desocupação tenha alcançado um dos

menores níveis das últimas décadas, a qualidade do emprego não avançou na mesma intensidade.

A razão principal encontra-se na permanência de um elevado contingente de trabalhadores latino-americanos e caribenhos inseridos em ocupações informais. O relatório destaca que embora a informalidade tenha apresentado redução em 2025, essa redução ocorreu principalmente pela criação de empregos formais, e não pela eliminação de postos informais. Assim, e apesar do avanço, registrado, aproximadamente metade da população ocupada da América Latina e do Caribe continua trabalhando na informalidade.

Desta forma, é possível considerar que um dos principais desafios para o mundo do trabalho, na região, deixou de ser apenas gerar empregos, passando a ser produzir empregos produtivos, protegidos e de qualidade. Importante destacar que a elevada informalidade implica na ausência ou limitação das redes de proteção social, menor cobertura previdenciária, maior insegurança ocupacional, menores salários, reduzido acesso à qualificação profissional, baixa produtividade e elevada vulnerabilidade diante de crises econômicas, sanitárias ou climáticas.

Em síntese, embora as taxas de desocupação tenham alcançado níveis mínimos históricos na América Latina e no Caribe, a qualidade do emprego e a produtividade estagnada ainda representam um verdadeiro bloqueio sistêmico ao efetivo desenvolvimento regional.

Persistência das Desigualdades Estruturais no Mundo do Trabalho Regional

Mesmo diante dos avanços observados, o relatório da OIT destaca a permanência de importantes desigualdades estruturais na região, com impactos diretos e indiretos sobre a qualidade do emprego na América Latina e no Caribe. O desafio da inclusão de mulheres e jovens no mercado de trabalho regional não deve ser entendido, apenas, como meta para a promoção de justiça social, mas como um imperativo estratégico para a promoção do trabalho equitativo e decente na região, sobretudo em um contexto em que o envelhecimento populacional já impacta as dinâmicas de empregabilidade e ocupação.

Enfrentamento das históricas iniquidades de gênero

O relatório destaca que, embora tenha ocorrido uma redução importante das diferenças entre homens e mulheres na participação, ocupação e desemprego, ainda persistem muitos obstáculos associados à participação equitativa de mulheres no mercado de trabalho regional, principalmente no que diz respeito à divisão desigual das responsabilidades de cuidado, que limita não apenas a inserção como a permanência de mulheres no mercado de trabalho, impactando a progressão de carreiras e acesso a cargos mais elevados e melhor remunerados.

As evidências compiladas no documento da OIT mostram que a redução da diferença de participação de mulheres no mercado de trabalho regional, observada na última década, perdeu força nos últimos dois anos. Desta forma, embora a participação feminina no mercado de trabalho da América Latina e do Caribe continue a aumentar, as diferenças em comparação com a dos homens permanecem significativas, confirmando que a equidade de gênero no mundo do trabalho continua sendo um dos principais desafios da região.

O relatório destaca, ainda, a persistência de diferenças significativas nas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, com diferenças superiores a 22 pontos percentuais quando comparadas as oportunidades de ingresso de homens e mulheres no mercado de trabalho regional (ou seja, a taxa de desocupação feminina é 43% maior que a registradas entre os

homens na região). Diferenças também observadas no que se refere à discrepância salarial entre homens e mulheres nos países da região.

As disparidades na participação e no emprego tornam-se ainda mais relevantes como expressão das barreiras estruturais que as mulheres enfrentam. A sobrecarga persistente de responsabilidades de cuidado não remuneradas, as limitações no acesso a serviços de cuidado, a segregação ocupacional e as diferenças nas trajetórias de carreira continuam a restringir a equidade de gênero no mundo do trabalho em grande parte da região.

Assim, um dos principais desafios que ainda persistem, na região, é ampliar o acesso efetivo das mulheres a empregos produtivos, formais e de qualidade. Para alcançar esse objetivo, destaca o documento, é necessário complementar as políticas de trabalho e emprego com estratégias que fortaleçam a economia do cuidado, reduzindo a carga do trabalho de cuidado não remunerado (um dos principais fatores que limitam a participação das mulheres na força de trabalho) e ampliando a oferta de serviços de cuidado. Ademais, é fundamental a elaboração e a implementação de políticas que promovam o acesso das mulheres a oportunidades de educação continuada, requalificação e desenvolvimento de habilidades, especialmente em setores com maior produtividade e potencial de crescimento, incluindo aqueles associados à economia verde.

Progressos na redução do desemprego com persistência de lacunas estruturais entre jovens

O relatório da OIT destaca que os jovens latino-americanos e caribenhos continuam apresentando maiores taxas de desemprego, maiores níveis de informalidade, dificuldades de transição entre educação e trabalho e maior exposição (vulnerabilização) às mudanças tecnológicas, quando comparados a trabalhadoras e trabalhadores adultos.

A taxa de desocupação registrada entre jovens (15-24 anos), na região, situou-se em 11,3% em 2025, quase três vezes a taxa de desocupação da população adulta (4,1%). Assim, embora a participação na força de trabalho entre pessoas com 25 anos ou mais tenha conseguido se recuperar — e até mesmo superar parcialmente — os níveis pré-pandemia, a participação dos jovens continua a apresentar uma trajetória mais errática, sem uma recuperação sustentada (em 2025, a taxa de participação dos jovens caiu um ponto percentual em comparação com 2024, enquanto a taxa de participação dos adultos permaneceu estável).

Segundo o documento, essa tendência pode estar associada tanto à permanência mais longa dos jovens no sistema educacional quanto às dificuldades que esse grupo enfrenta para acessar o mercado de trabalho em contextos de menor dinamismo econômico. Esses dois motivos não são, necessariamente, excludentes e refletem a complexidade da transição da educação para o emprego na região. O diagnóstico da OIT identifica três barreiras fundamentais na transição educação-trabalho:

- Baixa Compatibilidade de Competências Educacionais e Demandas do Mercado de Trabalho: existe uma lacuna crítica, e não apenas no que se refere à expansão da IA, entre as competências e habilidades trabalhadas na educação básica e as demandas do mundo do trabalho contemporâneo. Sobretudo no que diz respeito às competências cognitivas, socioemocionais e digitais básicas exigidas pelo mercado moderno;
- Fragmentação dos Sistemas de Formação e de Trabalho/Emprego: a desconexão entre currículos acadêmicos e as necessidades dinâmicas dos setores produtivos, na região, são fruto, em parte, pela fragmentação entre os sistemas educacionais — cada vez mais

ocupados por instituições privadas de ensino — e as demandas de um mercado de trabalho em constante transformação, sobretudo no que se refere à inclusão tecnológica e as novas formas de organização do trabalho;

- Limitados Mecanismos de Intermediação Educação-Trabalho: a ausência de sistemas eficientes de busca e de oferta de primeiras experiências laborais limita a entrada de jovens no mercado de trabalho, comprometendo a transição entre o sistema educacional e o mundo do trabalho e facilitando a precarização do primeiro emprego acessado por estes jovens latino-americanos e caribenhos;

Como consequência, a informalidade acaba sendo o principal destino para uma enorme parcela dos jovens que ingressam no mercado de trabalho, na região, perpetuando ciclos de baixa proteção, precarização do trabalho e produtividade limitada.

Informalidade e a Crise do Trabalho Decente

Indicadores e tendências recentes sobre o emprego informal, apresentados e discutidos no documento da OIT, mostram que a América Latina continua a progredir muito lentamente rumo a uma maior formalização do emprego. Um progresso que, segundo o relatório, permanece insuficiente dada a magnitude do desafio que a questão representa na América Latina e no Caribe.

Em 2025, a taxa de informalidade para os 15 países latino-americanos cujos dados foram compilados no relatório ficou em 47,4%, representando uma redução de 0,9 ponto percentual em comparação com 2024 (e o nível mais baixo desde 2019). Apesar dessa melhora, praticamente uma em cada duas pessoas empregadas na região continua a trabalhar em condições informais.

As médias regionais mascaram, ainda, desigualdades territoriais e setoriais relevantes, com a informalidade concentrada mais intensamente em áreas rurais e em atividades agrícolas de baixa produtividade, bem como nas periferias dos grandes centros urbanos. Com relação ao primeiro, é importante destacar que embora o emprego agrícola tenha perdido peso relativo no mundo do trabalho regional, por conta da forte mecanização, concentração de terras e migração de populações rurais para as zonas urbanas, ele continua sendo uma fonte central de renda nas áreas rurais, onde quase metade da população empregada trabalha no setor agrícola e onde a pobreza permanece consideravelmente maior do que nas áreas urbanas.

O progresso agregado na formalização deve ser interpretado em conjunto com a capacidade das políticas de produção e de trabalho de transformar a integração do mercado de trabalho, sobretudo em territórios rurais. Tal consideração é particularmente importante quando se observa que, em 2025, a diminuição do desemprego se concentrou no setor formal, responsável por uma parcela significativa dos novos empregos criados no período. Em outras palavras, a melhoria observada no mercado de trabalho não se baseou apenas na expansão do emprego, mas também em uma mudança positiva em sua composição que, na região, obscurece a permanência dos elevados índices de informalidade.

O fato de quase metade da população empregada na região continuar a trabalhar na economia informal sublinha que o principal desafio já não é apenas criar mais empregos, mas sim acelerar o processo de desprecarização e promoção da formalização no mundo do trabalho. Num contexto de crescimento económico moderado e de crescimento mais lento da força de trabalho, a expansão do emprego formal assume, segundo a OIT, uma importância estratégica,

não só pelos seus efeitos nas condições de trabalho e na proteção social, mas também pela sua contribuição para o aumento da produtividade e o reforço do potencial de crescimento das economias da região.

A informalidade na América Latina e no Caribe segue sendo, portanto, um entrave ao desenvolvimento, impedindo ganhos de escala e o acesso equitativo às tecnologias que, por consequência, limitam a promoção do trabalho decente na região. E, assim, colocam a questão no centro da agenda de desenvolvimento produtivo, sustentável e equitativo da região.

Estratégias da OIT e o Caminho para o Trabalho Decente

O relatório da OIT conclui sua análise reafirmando que o enfrentamento da informalidade exige políticas públicas integradas e coordenadas, capazes de atuar, simultaneamente, sobre crescimento econômico, produtividade, proteção social e qualidade do emprego. Inspirado na Declaração Tripartite de Punta Cana (2025), o documento propõe uma agenda regional baseada nos seguintes eixos estratégicos:

1. **Promover crescimento econômico inclusivo**, capaz de gerar empregos produtivos e sustentáveis.
2. **Acelerar a transição da economia informal para a economia formal**, fortalecendo instituições do mercado de trabalho e reduzindo barreiras regulatórias e produtivas à formalização.
3. **Fortalecer políticas de desenvolvimento produtivo**, aumentando a produtividade das empresas e dos trabalhadores, especialmente dos pequenos empreendimentos.
4. **Expandir sistemas de proteção social**, assegurando cobertura previdenciária, proteção contra riscos e segurança de renda aos trabalhadores.
5. **Investir na formação contínua e no desenvolvimento de competências**, articulando aprendizagem ao longo da vida com as novas demandas decorrentes da digitalização, da inteligência artificial, da transição ecológica e das mudanças demográficas.
6. **Fortalecer a inclusão laboral de mulheres e jovens**, reduzindo barreiras estruturais de acesso ao emprego de qualidade.
7. **Valorizar o diálogo social tripartite**, envolvendo governos, empregadores e trabalhadores na construção de políticas públicas baseadas em evidências.
8. **Articular políticas de emprego, produtividade, proteção social e transição justa**, preparando os mercados de trabalho para os impactos das transformações tecnológicas, climáticas e demográficas.

E conclui apontando que os dados sobre desemprego e empregabilidade de 2025-2026 mostram que a América Latina e o Caribe atingiram um ponto de inflexão. Os baixos índices de desocupação (5,3%) não podem/devem ser interpretados como indicador de absoluto sucesso e pujança econômica, mas como um alerta sobre fatores sistêmicos e estruturais que passam a ter maior destaque quando comparados às dinâmicas econômicas dos anos anteriores. Com destaque, entre estes fatores, à contração da oferta laboral decorrente da transição demográfica, às históricas iniquidades de gênero e a persistente informalidade do mercado de trabalho regional.

A resiliência observada no mundo do trabalho na América Latina e no Caribe em 2025-2026 é real, mas frágil, sustentada por um crescimento moderado que ainda não resolveu os hiatos de produtividade nem a superação das históricas desigualdades que marcam o

desenvolvimento regional. O foco estratégico para a superação de tais desafios, segundo o documento da OIT, deve deslocar-se da quantidade de empregos para a qualidade e a formalidade. O verdadeiro progresso regional será medido pela capacidade de integrar mulheres e jovens em postos de alta produtividade e pela transformação da informalidade persistente (47,4%) em trabalho decente. Somente através de uma transformação estrutural coordenada, que priorize a competência integral e a estabilidade macroeconômica, a região da América Latina e do Caribe poderá converter a resiliência atual em prosperidade sustentável de longo prazo.